

DE MARCEL BOLL:

Determinismo, Contingencia, Fatalidade em Psicologia

in *Erkenntnis*, Annalen der Philosophie, Bd. XIV, Heft 5/6 — 1936.

1. As discussões recentes sobre os limites da causalidade e a extensão arbitraria dos resultados da microfísica à psicologia afectiva exigem um novo inventário das noções fundamentais da filosofia científica.

2. Contrariamente a certas tendências da hora presente, o conceito de base não é o de causalidade mas sim de determinismo (inter-dependencia) — muito mais geral.

O determinismo compreende, com efeito, como casos particulares: a causalidade, a finalidade, a incerteza (contingencia) e a fatalidade (necessidade).

3. O determinismo corresponde à noção de **função matemática**. Em termos mais precisos, todo o conhecimento se resolve num **enunciado gramatical**, que, nos casos mais favoráveis, pode tomar a forma de uma função entre muitas grandezas mensuráveis. A relação é o limite ao qual vai dar a análise do nosso saber: os objectos, os fenómenos, as ideias não são definidas senão por relações. Para além da relação **não há nada** formulável nem concebível. (+)

4. Uma relação chama-se **causal** (e é a única definição precisa), quando um dos seus termos é o tempo. Paralelamente uma função é causal, quando contém explicitamente a variável t.

A relação de causa e efeito não é assim senão um caso **muito particular** do determinismo, por muitas razões, de que eis as principais:

a) O papel do tempo encontra-se singularmente reduzido pela teoria da Relatividade, pois que não é já senão um componente do universo (espaço-tempo).

b) Existe uma multidão de relações extra-temporais (co-existen-

cia) em que não se poderá falar de causalidade (sucessão). Quem poderia, por exemplo, pretender que «os comprimentos dos lados de um rectângulo são a causa do valor numérico da sua superfície»? Ou que «o volume de uma massa gaseosa é a causa da sua pressão?»

c) Na linguagem gramatical, a relação de causa-efeito fica ambigua, porque a causa não é as mais das vezes senão **um** dos multiplos factores que determinam um fenómeno. A importância atribuída a esse factor provem sempre de intenções que nada tem de comum com a descrição objectiva.

5. As mesmas objecções valem contra a **finalidade** (relação de meio para fim) que é habitualmente considerada como uma determinação do presente pelo futuro.

Mas aqui apresenta-se uma circunstancia agravante, que tem provocado inumeros abusos de termos. Um exame imparcial dos factos mostra que se não pode falar de finalidade intencional senão nos organismos conscientes, isto é, dotados notavelmente de memória e de imaginação. Físicos improvisados em psicólogos não temeram evocar a «livre escolha da natureza», o que vem a ser dotar a «natureza» com um sistema nervoso! Tanto valeria explicar a combustão do enxofre no ar por uma «inclinação» do oxigénio, junta a um «desprêso» pelo azoto...

Segue-se que o antropomorfismo está na base das noções de causalidade e de finalidade.

6. A contingencia traduz-se por dois tipos de relações matemáticas, que são de resto reductíveis uma à outra. Um encerram um coeficiente de probabilidade, como a função de Kramp—Laplace—Gauss. As outras dizem respeito a grandezas que podem tomar valores aleatórios, como as relações de incerteza de Heisenberg. E sabe-se a ligação profunda que existe entre o calculo das probabilidades e a microfísica. Abaixo (8) falaremos da contingencia em psicologia.

7. A fatalidade traduz-se igualmente por relações matemáticas precisas. Há fatalidade quando certas derivadas são **identicamente nulas**: derivada em relação a um coeficiente de probabilidade, ou em

relação ao factor tempo. Como exemplo podemos mencionar a superfície de uma esfera que é fatalmente determinada, uma geometria dada, quando damos o raio. Poder-se-se-ia igualmente citar certas constituições psicopáticas, como a ciclotimia, ou tendência à oscilação entre agitação e torpor, entre alegria e tristeza; neste sentido o fatal é sinónimo de «imodificável» (no estado actual dos conhecimentos humanos, bem entendido).

8. Posto isto é possível fornecer algumas indicações sobre o problema do livre-arbitrio, que nada tem que ver com os dados da microfísica, contrariamente ao que se tem afirmado nestes ultimos tempos.

Muitos autores tem apresentado sobre a questão observações judiciosas: «O nosso sentimento do livre-arbitrio reduz-se à ignorancia em que estamos das cousas que determinam nossas acções, unida à consciencia que temos dessas acções». (Spinoza). «Nossas acções dependem de duas espécies de razões: umas são os motivos conscientes em relação aos quais nos determinamos; as outras são disposições inconscientes do nosso carácter, que nos impelem à acção. Actuando ignoramos estas; daí a **illusão** de uma dependencia que não possuímos». (Leibnitz). «Em psicologia, a ambiguidade dos futuros é sempre uma **aparência**, que deriva de que fazemos abstracção de uma circunstancia determinante». (Goblot).

No que nos diz respeito, propomos a conclusão seguinte: o livre-arbitrio é o aspecto subjectivo sob o qual o fatalismo de certos factos e o determinismo das leis naturais se apresentam espontaneamente a nós.

9. A psicologia experimental está em ligação estreita com a epistemologia: permite analisar as tendências místicas que se insinuam nas investigações objectivas para sugerir afirmações extra-cientificas. Para se dar um exemplo, que se liga às nossas preocupações actuais, não se trata tanto de saber em que medida a teoria dos Quanta nos traz uma justificação, a illusão do livre-arbitrio, como de saber porque processos psíquicos, astronomicos e físicos foram conduzidos a «resolver» um problema aparente.

(+) Confira: Abel Salazar, «Ensaio de Psicologia Filosófica», 1915, Porto. Tese de dout. Neste livro o autor desenvolve precisamente esta teoria da relação, bem como uma teoria do livre-arbitrio análoga à de M. Boll.